

# Quanto pior o ensino, menor chance de verbas

Cidades com baixos índices não têm qualidade para desenvolver projetos

Lisandra Paraguassú  
BRASÍLIA

Os mil municípios brasileiros que têm os piores índices de educação do País, apesar de serem os que mais precisam, não conseguem receber recursos extras do Ministério da Educação por absoluta falta de capacidade técnica para fazer projetos. Um cruzamento feito pelo próprio ministério revelou que, das 1.625 cidades que recebem recursos para projetos, praticamente nenhuma está entre as piores.

“A verdade é que quem mais precisa de ajuda não pede, é muito raro”, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad. “O diagnóstico que temos é que, mantido o padrão das últimas décadas, nunca iríamos atingir os que mais precisavam.”

Como o próprio ministro afir-

mou, parece óbvio, mas até hoje havia “escapado” ao ministério: as deficiências técnicas e a falta de capacidade de gerenciamento dessas prefeituras as impediam de tentar apresentar projetos e, muitas vezes, de ter conhecimento de que os projetos existiam.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é quem controla os repasses do governo federal para ações municipais na educação básica. Há uma série de transferências obrigatórias, como os recursos para merenda escolar, transporte e livro didático – que é comprado pelo MEC e entregue diretamente nas escolas –, mas o FNDE também tem uma boa quantidade de recursos para programas extras, de apoio às escolas, e que só são repassados por meio de convênios, depois que as prefeituras apresen-



**O ÓBVIO** – A falta de capacidade de gerenciamento impedia as cidades de tentar apresentar projetos

tam projetos.

Neste ano, o FNDE tem disponíveis pelo menos R\$ 320 milhões para isso. Entre os programas, chamados de transferências voluntárias, estão o Programa Dinheiro Direto na Escola, que repassa recursos para ser usado com compra de material, pequenas reformas, etc. Também há verbas para ações de educação especial, educação no campo, reforço escolar e reforma de escolas.

## CRESCIMENTO

Desde 2002, o FNDE conseguiu aumentar o número de municípios atendidos. Eram 497, hoje chegam a 1.625. Ainda assim, 70% das cidades não recebem recursos. Como o levantamento mostrou, as que mais precisam não conseguem ser atendidas.

Nesta semana, o ministério lan-

## MEC amplia entrega de livros

... O Ministério da Educação decidiu ampliar o Programa Nacional Biblioteca na Escola para incluir acervos para o ensino médio e também para educação infantil e de 1.ª a 4.ª série. Além disso, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio passará a incluir, neste ano, livros de história e química e deve chegar a sete disciplinas no ano que vem.

A ampliação dos programas faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado em versão inicial há duas semanas no Palácio do Planalto.

Os acervos para bibliotecas de escolas de ensino médio vão incluir literatura e obras de referên-

cia e pesquisa nas áreas de ciências humanas, ciências da natureza, matemática e linguagens. Serão 49 obras ao todo, que as secretarias estaduais de educação poderão escolher de uma lista de 160 títulos pré-aprovados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. No total, o programa custará R\$ 17,5 milhões.

Já o programa para educação infantil e séries iniciais terá 20 títulos de literatura que poderão ser escolhidos pelas escolas depois de uma pré-seleção do MEC. O acervo deve incluir prosa, poemas, contos, crônicas e até histórias em quadrinhos. O investimento será de R\$ 11, 1 milhões. ● L.P.

çou o edital para contratação de 80 especialistas que irão trabalhar com os municípios. Eles serão os responsáveis por ajudar as prefeituras – especialmente essas mil com piores índices – a preparar planos de melhoria da educação para serem apresentados ao MEC em troca de recursos, fazer projetos e identificar problemas.

A parte central do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que está sendo trabalhado pelo MEC é estabelecer metas educacionais a serem cumpridas pelos municípios. Para isso, o governo dará apoio técnico e recursos, desde que a prefeitura assine um compromisso, chamado de Todos pela Educação, comprometendo-se a seguir algumas diretrizes estabelecidas pelo ministério.

São, na verdade, 28 normas retiradas do que foi encontrado nos 200 municípios brasileiros que hoje têm os melhores níveis educacionais. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – que está sendo criada pelo MEC com dados de avaliações, repetência e evasão escolar –, essas cidades teriam média acima de 5, numa escala de 1 a 10 e estariam próximas dos resultados de países desenvolvidos em avaliações internacionais.

Esses municípios também alfabetizam suas crianças até os 8 anos de idade, fazem acompanhamento individual, têm aulas de reforço, têm boa cobertura de educação infantil, fazem avaliações periódicas, têm planos de carreira para professor e regras claras para escolhas de diretores, considerando mérito e desempenho.

As diretrizes serão uma espécie de “cartilha do MEC” para melhorar a educação. Os municípios que quiserem receber recursos e apoio do ministério terão de segui-la. ●